

Pacificando Sentidos: o papel político-discursivo do RJTV durante as ações de "pacificação" das favelas cariocas¹

Kleber Mendonça²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

RESUMO

Trata-se de uma análise da cobertura telejornalística do RJTV – 1ª Edição, da Rede Globo, no período de auge das ações de implantação, no Rio de Janeiro, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A questão principal é entender o papel político desempenhado pela instância telejornalística naquele momento de intervenção e de que maneira tal atuação política deixava marcas nos modos como discursivamente o veículo engendrava seus conteúdos informativos. A partir do referencial teórico da análise de discurso, defende-se levar em conta, nas metodologias de análise, a materialidade específica do enunciado telejornalístico. Também observa-se, na reflexão, em que medida a instância jornalística pode silenciar conteúdos e efeitos de sentido mesmo quando concede voz aos moradores das comunidades "pacificadas" naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo; Discurso; RJTV; Pacificação; Violência.

1. Apresentação

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, recém-encerrada, na qual acompanhamos a cobertura jornalística realizada pelo RJTV – 1ª Edição, da Rede Globo, entre os anos de 2009 a 2012, em relação às ações de implantação, nas favelas do Rio de Janeiro, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A questão principal, que buscamos responder, se dedicava a entender o papel político desempenhado pela instância telejornalística naquele momento de intervenção, e de que maneira tal atuação política deixava marcas nos modos como discursivamente o veículo engendrava seus conteúdos informativos (MENDONÇA, 2018).

Nesse sentido, defendemos, no recorte específico desse artigo como é importante que as análises em Comunicação tenham em mente os múltiplos processos de produção de sentidos que são colocados em funcionamento por um telejornal. Assim, a possibilidade de partirmos de um olhar revelador das discursividades em jogo nos permite, também, propor uma metodologia de análise das reportagens que leve ao máximo em conta a multiplicidade de aspectos que compõem as estratégias enunciativas, políticas e interacionais de tais produtos audiovisuais.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Comunicação. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT) da UFF, e-mail: klebersm@hotmail.com.

Pensar tal objeto midiático pela perspectiva discursiva é levar em conta as especificidades do discurso telejornalístico. Só a partir da constatação dos elementos que compõem a costura desse tipo de trama discursiva – postos em tensão e em combinação a partir de suas diferentes características – é que será possível determinar o conjunto das evidências necessárias para se obter os efeitos de verdade, a credibilidade e a autoridade discursiva do telejornal.

Talvez o elemento que mais salte aos olhos como constituidor da materialidade discursiva específica do discurso telejornalístico seja o uso da imagem como instância produtora de sentidos. Faz-se necessário, portanto, investigarmos de que forma a possibilidade de produção de imagens pode ser usada, discursivamente, para legitimar ou recusar as perspectivas apresentadas nos relatos.

Outro aspecto a ser considerado será a tensão entre as potências significantes das imagens e o papel de âncora de sentidos exercido pela instância verbal. Em muitos produtos midiáticos é clara a relação paradoxal entre as potências significantes da imagem e os direcionamentos de sentido desempenhados pelo verbal (ao narrarmos, pelo *off*, o que está sendo mostrado ao telespectador, por exemplo). Para dimensionarmos melhor o funcionamento desses aspectos discursivos, tomamos como objeto de análise o momento da cobertura jornalística veiculada no dia seguinte às ações de "ocupação" da Rocinha, favela da zona sul do Rio de Janeiro, em 15/11/2011.

2. A materialidade específica da imagem telejornalística

Ao considerarmos a materialidade específica da imagem como constituidora de efeitos de sentido, defendemos o gesto analítico que extrapole o campo puramente linguístico e da instância verbal. Em outras palavras, para nos atermos às especificidades do discurso telejornalístico será preciso entender a imagem como discurso (como efeito de sentido, portanto) e apropriar-se dela pelo que lhe é inerente – o plano não-verbal. Somente assim poderemos evidenciar que, embora a imagem possa falar mais do que mil palavras, ela, ainda assim, produzirá sentidos de uma maneira diferente do que qualquer uma delas.

A tentativa de “traduzir” a imagem em palavras acaba por reduzir seu caráter significativo. A chave para fugir deste problema é a constatação de que é a visibilidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua co-relação com o verbal (SOUZA, 2000). Daí que falar de modos de significação implica falar também do trabalho de interpretação da imagem, procurando entender tanto como ela se constitui

em discurso, quanto como ela vem sendo utilizada para sustentar discursos produzidos com textos verbais (SOUZA, 2001).

É sob esta ótica que defendemos aqui como a instância telejornalística utiliza a imagem – cuja natureza é polissêmica, conforme nos lembra Barthes (1990) –, para construir efeitos de realidade. Os sentidos pretendidos por qualquer discurso, no entanto, sempre podem ser outros, fato que pressupõe, portanto, diferentes graus de polissemia no gesto interpretativo.

Mais do que o fato de ser polissêmica, o que caracteriza, então, a imagem é sua incompletude, diante da qual os sujeitos são chamados a dar sentidos. Assim, é comum nos depararmos com tentativas de analisar as imagens a partir de interpretações que acabam caindo no equívoco de se fundar no pressuposto de sua transparência.

A partir deste deslize é que temos duas formas comuns de tratamento analítico da imagem: através de um processo de determinação, fundado na transparência da imagem, que faz com que a imagem só diga o que o “analista” quer ver, ou, em outro plano, temos os “especialistas” da imagem com seu jargão técnico – tão presente nos críticos de artes plásticas – que defendem a ideia de que apenas os “iniciados” são capazes de perceber o que um determinado quadro “significa de fato”.

Ao pensar a imagem em seu potencial de linguagem no âmbito dos meios de comunicação, no entanto, nenhum destes dois caminhos será o adequado. Ao interpretarmos pela visibilidade que lhe é própria – e não pela palavra – temos como resultado a produção de outras imagens (outros textos) pelo espectador a partir de seu caráter de incompletude.

Como desdobramento destas percepções acerca do caráter não-verbal da imagem como elemento constituinte do discurso telejornalístico, podemos realçar ainda outras instâncias que, em geral, tendem a receber menos atenção do que os conteúdos textuais/informativos, também elementos importantes na construção da trama discursiva.

Situam-se nesta classificação os *recursos de edição e de montagem* (tão importantes para as costuras dos conteúdos veiculados), *as sonoridades* (ruídos, efeitos sonoros, trilha musical), *os direcionamentos do olhar* (closes, enquadramentos, movimentos de câmera), a *presença em cena* e a *vestimenta* dos repórteres, além dos *gestos de silenciamento* e as *políticas de silêncio* constituintes de todo dizer.

Ao desenvolver seu estudo sobre as formas do silêncio, Orlandi (1992) produz um deslocamento em relação à fronteira entre o dito e o não-dito a partir da constatação de que o silêncio não fala: significa. Se toda palavra é capaz de poesia, todo sentido é capaz de silêncio. Orlandi explica que, no gesto mesmo de falar sempre temos que produzir o efeito de afastamento dos sentidos não-desejados. Assim, para a compreensão de um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele ‘cala’.

Voltaremos, mais abaixo, à questão da política de silenciamento produzida pelo RJTV em sua cobertura. Por enquanto, o mais importante a reter é que neste movimento de inclusão do silêncio em sua materialidade específica no processo significativo, Orlandi critica o gesto redutor de algumas disciplinas que acabam, em alguns momentos, por promoverem o que define como absolutização da linguagem verbal, tomada como central nos processos de significação, relegando o silêncio à ausência de sentido ou à subordinação do não-verbal pelo verbal.

O risco de tal equívoco é promovermos um reducionismo no conceito de linguagem (associada apenas ao verbal), levando ao apagamento (de caráter ideológico) da importância do não-verbal no processo de constituição de sentidos.

Há, ainda, outros dois aspectos fundamentais da materialidade específica que merecem a atenção do analista do discurso telejornalístico: os elementos de auto-referencialidade (do repórter, do programa e da emissora) e as artimanhas de orquestração das vozes (legítimas, recusadas, silenciadas) que compõem o conjunto da narrativa televisual. Antes de analisarmos o funcionamento dessa estratégia discursiva de orquestrar as vozes de suas fontes, no entanto, cabe apresentar ainda uma breve ilustração de outro momento da cobertura jornalística na qual a potência da imagem foi utilizada em sua plenitude discursiva pelo telejornal.

O bloco final da edição do RJTV/1ª Edição de 14/11/2011, apresentado ao vivo diretamente das ruas da favela da Rocinha, recém "ocupada" pelas forças militares do Estado na ação que iniciou o processo de "pacificação" daquela comunidade, ilustra bem o papel da imagem como operador discursivo de (re)significação da cidade. Em uma entrada ao vivo de dentro do helicóptero que sobrevoava a área, o repórter André Curvello narra enquanto acompanhamos a bela tomada aérea de parte da Zona Sul do Rio de Janeiro, incluindo, ao fundo, a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Cristo Redentor e, em primeiro plano, a multiplicidade de casas e becos da própria favela:

Pois é Ana Paula, aí esta a Rocinha compondo esse cartão postal do Rio de Janeiro (...) A gente que é do Rio já vê a Rocinha como bairro, mas a verdade é que ela é maior do que muitas cidades. Para efeito de comparação, por exemplo, aqui no Rio de Janeiro, ela tem o mesmo número de habitantes do que Seropédica, na Baixada Fluminense, e Saquarema, na Região dos Lagos. É a imensidão da Rocinha. (RJTV, 14/11/2011)

Será somente após as ações de "retomada" do território pelas forças do Estado que a instância jornalística passará a (re)incluir, no texto e na imagem, aquela região como parte legítima da geografia da cidade. Aquele pedaço da cidade, historicamente relegado ao silenciamento nas representações imagéticas cotidianas, se transforma em protagonista (temporária) em um novo cartão postal da cidade. Tal reorganização discursiva e espacial da cidade e de seus habitantes é promovida a partir da articulação da potência significativa da imagem (cartão-postal) com o caráter de legenda e direcionamento de sentido da instância verbal (a narração em off do repórter aéreo). Mesmo em uma breve cena é possível vermos, em jogo, alguns dos múltiplos elementos constituidores do discurso telejornalístico em suas materialidades específicas.

3. As prescrições das palavras de ordem no telejornalismo

Para aprofundarmos as evidências do funcionamento discursivo do RJTV naquele período, será preciso voltarmos alguns dias na análise da cobertura da "pacificação" da Rocinha. Dias antes, o comentarista Rodrigo Pimentel já antecipava alguns acontecimentos que tomariam lugar no domingo seguinte, 13/11/2011, dia da ocupação. Em três dias diferentes, Pimentel faz previsões, ameaças veladas e elabora uma lista de prescrições a serem adotadas pela população da Rocinha em conversa com a então apresentadora do Telejornal, Ana Paula Araújo. No primeiro dia, a fala vem logo após a reportagem que mostrava a prisão do traficante Nem, principal nome do tráfico da Rocinha naquele momento (e nos dias de hoje!). No segundo, trata-se do encerramento do telejornal. No terceiro, estamos diante da cobertura ao vivo das ações de ocupação militar da Rocinha:

[*Ana Paula Araújo pergunta*]: "Agora, Rodrigo, cerca de 200 bandidos faziam parte da quadrilha do Nem, segundo estimativas. (...) Dá para ter uma ideia do que a polícia ainda vai encontrar, vai conseguir realizar de prisões no domingo?"

[*Pimentel, em off, responde*]: "Todo o *staff*, quem está a frente desta facção, foi preso. (...) *Essa facção está com os dias contados. Ela vai passar a existir somente no presídio. Fora do presídio ela vai acabar.* (...) Não existe substituto para o Nem. (...). O que tem ali são os bandidos que não tinham prisão decretada, não estão arrolados em processos policiais (...). *Esse vai ser muito difícil da polícia prender. Ele não tem ficha, ele não tem passagem. Ele vai tomar banho, vai esconder o fuzil dele e vai virar cidadão a partir de segunda-*

feira, vai buscar um emprego formal, mas na atividade do tráfico, na Rocinha, ele não fica mais". (RJTV, 11/11/2011)

(...)

[*Ana Paula pergunta*]: Portanto, Rodrigo Pimentel, a orientação é vida normal?

[*Pimentel prescreve*]: *Vida normal e domingo pela manhã aguardar orientação da polícia, ligar o canal de televisão, assistir a gente aqui, aguardando a orientação das autoridades.*

[*Ana Paula*]: Estaremos aqui desde cedo trazendo todas as informações.

[*Pimentel*]: Então orientação: de manhã, evita passar na Niemeyer. Com certeza os blindados da marinha vão passar de manhã por lá. *E os cuidados de quem tem carro na rua, já aconteceu dos blindados da marinha amassarem carros. E ficar longe da janela. A gente espera sempre a paz. Não teve reação na Mangueira, nem no Complexo do Alemão, no entanto, é interessante não permanecer na janela e aguardar a orientação da polícia.*

[*Ana Paula*]: Eu quero avisar você que no domingo a partir das 7 horas da manhã o Globo Comunidade ao vivo (...) estaremos mostrando tudo o que acontece sobre a ocupação da Rocinha, sobre a ação policial, a movimentação dos blindados, tudo isso você acompanha ao vivo a partir das 7 da manhã. (RJTV, 10/11/2011)

(...)

[*Ana Paula Araújo*]: Podemos esperar muitas prisões, Rodrigo?

[*Rodrigo Pimentel*]: Olha esses bandidos, vou chamar de raia miúda (...) eventualmente ele não está "pedido", como se diz no linguajar policial, *se ele tomou um banho e jogou o fuzil pela janela, a polícia não conseguirá prendê-lo* (RJTV, 13/11/2011).

Percebe-se, assim, além do agendamento prescritivo da população, uma estratégia de fazer coincidir a rotina militar e a cobertura jornalística. Vale lembrar que a “ocupação” da Rocinha se deu durante o feriado prolongado de 15 de novembro, o que tanto facilitava o deslocamento das tropas, como ainda colaborava para agregar valor simbólico à ação, ao coincidir com a data de comemoração da Proclamação da República.

Se pensarmos esse exemplo do ponto de vista dos elementos fundantes da linguagem, há um aspecto importante a ser levados em conta. Deleuze e Guattari (1997) partem da premissa de que a unidade básica dos discursos (e, por conseguinte, sua função) não seria a comunicação de informações, mas a palavra de ordem. Assim, "ao contrário do que diria o senso comum, a linguagem não seria feita para que se acreditasse nela, mas para obedecer e fazer obedecer" (p. 17).

Como as profecias que se autocumprem, a palavra de ordem é sempre uma pequena sentença de morte. Este seria, portanto, o objetivo primeiro do caráter dialógico (nos termos de Bakhtin) da palavra: incorporar a existência do outro no dizer (e suas vozes) para fazê-lo obedecer ao comando (sob pena de morrer). No caso do recado de

Pimentel a certos bandidos às vésperas da ação militar na Rocinha, esta imagem está longe de ser “apenas” uma metáfora.

Evidencia-se, neste tipo *sui generis* de “análise/prescrição/sentença”, a função política inerente ao trabalho material do discurso: os agenciamentos se reúnem em um regime de signos que naturalizam as palavras de ordem como pressupostos transparentes. Tal constatação remete à percepção de Michel Pêcheux (1997) de que o discurso poderia se definir como “efeito de sentidos entre interlocutores” (p.156). Para ele, essa relação de poder se efetiva de modo dissimulado na medida em que seu mecanismo está inserido no próprio gesto de produção de sentidos, mais precisamente, na ilusão de transparência da linguagem. Com esse trabalho político da língua, é possível para o jornalismo propor a seus diferentes telespectadores distintos gestos de interpelação discursiva, sem perder a capacidade de estabelecer efeitos de naturalização das palavras de ordem em “verdades” noticiadas.

Será, justamente, contra tais mecanismos complexos que os moradores das comunidades a serem “pacificadas”, ensinados pelo RJTV a como se comportarem durante as ações e convocados pela instância jornalística, vão necessitar encontrar táticas discursivas (da ordem de linhas de fuga) capazes de permitir que tais sujeitos se (re)construam no momento mesmo da interpelação.

Antes de aprofundarmos esse debate, no entanto, será preciso entender em que medida o momento de “pacificação” da Rocinha, acionado naquele final de semana de 2011, se transformará, também, mais uma vez, na reafirmação de um mito: a de que o Estado estava ausente das favelas, antes daquelas ações.

4. Das palavras de ordem do discurso "pacificador" à gentrificação da cidade

Vimos, acima, como a imagem aérea da Rocinha “pacificada” pôde fazer parte da paisagem imagética do “novo” Rio de Janeiro daquele momento. Durante a “reconquista” territorial da favela da Rocinha, realizada em 13/11/ 2011, fica ainda mais evidente um direcionamento de sentido que atravessou aquelas ações, bem como as coberturas jornalísticas realizadas: todas se baseiam e ajudam a cristalizar ainda mais o mito de que as “ocupações” materializariam uma “retomada do território” (das favelas) por parte do Estado. Assim, será possível perceber como tal interpretação “parcial” e redutora da complexidade dinâmica da cidade acabará por congelar, discursivamente, os moradores das favelas “pacificadas” em vítimas passivas dos processos postos em funcionamento por tais ações nos espaços da cidade e nos discursos telejornalísticos.

Ao analisar o caso específico de transformação urbana da cidade de Nova York, na segunda metade do século XX, Neil Smith (2006) recorre ao conceito de *gentrificação* como uma forma de entender o complexo processo de gestão global do espaço urbano. Para ele, vemos surgir, de modo global, uma nova política dos espaços não mais tomados como públicos, mas como alvo de uma intervenção “ordenadora” estabelecida pela “parceria” público-privado.

Tal fenômeno de gestão das cidades produziria duas consequências. A primeira é o deslocamento da noção de espaço público, cujo uso passará a ser racionalizado de forma a atender às demandas e legitimar os interesses da “iniciativa privada” como a naturalidade do processo de transformação contemporânea da cidade. Discursivamente, essa “inevitabilidade” ganhará materialidade no eufemismo da “revitalização” dos espaços urbanos. Como segunda consequência, a gestão “privada” do espaço “público” acabará por transformar uma parcela expressiva da população em obstáculo residual do progresso, que precisará ser posto em mobilidade (SMITH, 2006).

A tomada aérea que passa a incluir a favela da Rocinha no cartão postal do Rio de Janeiro é um exemplo, no plano do discurso, de como essa ideia de “revitalização” dos espaços vai permear as interpretações acerca das ações de “pacificação”. Passar a “compor o cartão postal” é indício de que aquela região começa a “reviver” a partir da expulsão dos traficantes daquela localidade.

A análise mais detida das reportagens sobre a “pacificação” da Rocinha nos permite, portanto, propor uma analogia ao pensamento de Smith. Em que medida podemos caracterizar os deslocamentos nos conteúdos informativos sobre as comunidades do Rio de Janeiro, no período “pós-pacificação”, como um processo de *gentrificação discursiva*? A questão busca estabelecer uma relação entre dois aspectos: os ordenamentos de sentido e o deslocamento do lugar simbólico dos moradores de comunidades como fontes noticiosas.

Em relação à primeira consequência da gentrificação apontada por Smith – administração “privada” do espaço outrora “público” –, vemos, em vários exemplos da cobertura jornalística como, de modo análogo ao do ordenamento urbano, o enquadramento das notícias passa a ser pautado pelos interesses privados de modo a fazer emergir um sentido único (de inevitabilidade) das ações de “pacificação”: o de que a “revitalização” das favelas se dará a partir da “retomada” daqueles territórios pelo Estado.

Há, portanto, seja nas ações que buscam promover a "gentrificação" dos centros urbanos, como nos discursos que legitimam tais práticas como "inevitáveis", um complexo jogo de silenciamentos. Ao defender a ideia de que uma determinada área da cidade precisa ser "revitalizada" (e de uma única maneira "global"), silencia-se, necessariamente, o reconhecimento da pluralidade de vida da região no mesmo movimento em que impede-se a emergência de "futuros-outros" a partir de tal multiplicidade.

A segunda consequência da gentrificação – parcela expressiva da população considerada como obstáculo do "progresso inevitável" –, por sua vez, se materializa, discursivamente a partir de um tipo ainda mais mascarado de silenciamento: as vozes das fontes informativas de moradores das comunidades são escolhidas, no telejornal, a partir de um determinado tipo de perfil. Revela-se, como veremos, uma política de ordenamento de sentidos que divide, arditamente, os moradores das favelas em dois tipos prioritários: aqueles com direito "limitado" à fala e os demais, com o dever "imposto" de se manterem em silêncio.

5. O silenciamento no telejornalismo: quando *deixar falar é fazer calar*

A efetivação do mito da retomada dos territórios pelo Estado, no discurso do RJTV, se baseia na combinação de três gestos de silenciamento: silencia-se o fato de que o Estado sempre esteve presente nas comunidades, mesmo que de forma precária e contraditória; reduz-se a pluralidade possível de vozes dos moradores das comunidades, ao estabelecer como único tipo de fonte informativa o "morador anônimo/passivo"; e evita-se complexificar a interpretação crítica do trabalho das forças militares durante a "ocupação", bem como dos princípios norteadores dessa intervenção, na medida em que os comentários de "especialistas" em segurança pública se resumem às falas e "análises" do ex-integrante do Bope, Rodrigo Pimentel.

Para ficar mais claro o papel dessa tripla orquestração de vozes, retomamos a análise das políticas de silêncio presentes no discurso investigado. Eni Orlandi (1992) pensa os gestos de silenciamento como, ao mesmo tempo, produtores e consequência dos direcionamentos de sentido nos discursos. A autora chama de política de silêncio o gesto de interditar o dizível impondo uma determinada interpretação.

O silêncio não é uma ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI, 1992, p. 105)

Assim, pensar a questão do silêncio não é buscar apenas o que não se disse. Se o silêncio não fala, mas significa, cabe-nos entender para quais posições nos jogos de poder tais silenciamentos apontam. Em outras palavras, vale perguntar: quem (ou que aspecto da complexidade das questões) está sendo silenciado quando apenas uma fonte (ou um "modelo" de interpretação do real) está sendo autorizada a falar?

De volta à questão do ordenamento dos lugares de fala dos moradores de comunidades como fontes noticiosas, se tomarmos a cobertura jornalística do processo de "pacificação" da Rocinha (de 10/11/11 a 18/11/2011) poderemos identificar quatro fases distintas.

Num primeiro momento, antes das ações se desenrolarem, cabe aos moradores apenas a ausência como fontes, materializada pela recusa de serem ouvidos, uma vez que se encontram, ainda, iguados na mistura entre bandidos, traficantes ou ocupantes ilegais de uma área que não lhes pertenceria. É a representação típica pré-pacificação, concretizada no sonho utópico da direita carioca que ainda há pouco ansiava pela "erradicação" das favelas e pela expulsão de seus moradores.

Já na véspera das ações de "ocupação" da Rocinha, vemos todos os relatos de moradores seguindo um mesmo padrão. Eles não são identificados, têm seus rostos encobertos por efeitos visuais ou pela escuridão e suas vozes são alteradas. Todos são unânimes em pedir a pacificação e a presença das forças armadas na comunidade e ressaltam que, apesar das (ou graças às) prisões dos bandidos, a região está calma.

A justificativa para a não-identificação das fontes é óbvia, embora seja, também, um índice da contradição presente entre os dizeres sustentados por elas e a forma como se apresentam. Ainda que a emissora precise de declarações de moradores afirmando que as coisas estão melhores, as fontes se mantêm em posição de vítimas amedrontadas pela situação em que vivem. Acatam o chamamento e "impõem", como condição, a preservação de seu anonimato. O resultado desta interação é o congelamento destes na figura de vítimas indefesas dos traficantes, ansiosos pela "libertação" a ser promovida pelo Estado e gratos pela emissora apresentar suas vozes, preservando sua segurança e anonimato.

Em um terceiro momento, marcado pela cobertura ao vivo das ações de "ocupação", em 13/11/2011, a interpelação dos moradores durante as duas horas em que a comunidade começou, oficialmente, a ser "pacificada" se limitou à passividade de acompanhar a chegada das forças do Estado pela TV. A primeira manifestação de apoio

às ações é vista no início da manhã: um morador "desrespeita" as determinações do comentarista de segurança pública da TV Globo, Rodrigo Pimentel, e sobe no terraço de sua casa balançando uma bandeira branca. Tal gesto passa, imediatamente, a ser utilizado pela emissora em sua transmissão como o signo da gratidão dos moradores pela ação "pacificadora" do Estado.

Cabe, nesse momento, abrimos um parêntesis semântico para lembrar que a bandeira branca em momentos de guerra, mais do que comemorar a paz, representa o sinal universal da rendição. Em que pese a confusão de sentidos, ainda há outro aspecto importante no papel destinado à comunidade ao longo das ações: o congelamento no lugar de espectador passivo dos acontecimentos, posteriormente manifestando seus gestos de agradecimento pela "libertação" de sua comunidade realizada por "seus heróis".

A modalização desta estratégia (o quarto momento) é apresentada já na edição de 14/11/11: os moradores chamados a dar declarações nas reportagens gravadas que resumiram as ações da véspera aparecem identificados, com direito ao primeiro nome e à profissão nas legendas. Todos, como era de se esperar, comemoram a ação da polícia.

A edição desta segunda-feira após a "ocupação" da Rocinha é transmitida ao vivo das ruas da comunidade. Falando ao vivo de uma das entradas da favela, a então apresentadora, Ana Paula Araújo, caminha, trajando um colete à prova de balas, e começa a conversar com as pessoas que estão ao redor assistindo à transmissão:

[A apresentadora caminha em direção a duas moças em frente da loja em que trabalham. Ela narra]:

"Olha a situação se normalizando aqui pela Rocinha. O comércio já aberto, funcionando tranquilamente".

[Pergunta a uma das lojistas]: "Tá tudo funcionando normal?"

[A primeira responde]: "Tudo normalmente (risos nervosos)"

[Ana Paula]: "Como é que tá o clima hoje por aqui na comunidade?"

[A segunda fonte responde]: "Tá bem, em paz, graças a Deus. A gente não tem nada que reclamar, não". *[o tom é de total ausência de preocupação].*

[Ana Paula]: "Com esperança do que vem pela frente?"

[A segunda fonte quase não responde, levantando os ombros, como se dissesse que isso não chega a ser uma questão para ela]: "... sim..."

[Ana Paula]: E o movimento, como é que está?

[A segunda fonte responde, após uma pausa]: ...o movimento... ainda tá fraco...

[Ana Paula]: Mas vai melhorar?

[A segunda fonte]: Vai melhorar, com certeza.

[Ana Paula volta a questionar a primeira fonte]: "Você é moradora daqui e trabalha aqui?"

[A primeira fonte]: "Sou moradora de Caxias e trabalho aqui".

[Ana Paula]: "Veio hoje pra trabalhar? Tranquila?"

[Fonte]: "Tranquila, a gente não tem medo não" (risos). (RJTV, 14/11/2011)

Vemos, neste diálogo, que a empolgação da entrevistadora não é, exatamente, acompanhada pelas vendedoras. Estas, se mostram mais animadas com a possibilidade de figurarem numa entrevista do que com as ações de "pacificação" que deveriam comentar. Com isso, acabam fazendo questão de deixar implícita, nas suas falas, a constatação de que o medo não era algo que impactasse suas vidas, mesmo antes da ação policial.

Percebe-se, ainda que de modo tímido, as relações de tensão entre os dizeres propostos pela entrevistadora e as respostas de fato obtidas. Diante da expectativa da repórter de que as fontes referendassem as mudanças, podemos perceber as reticências das personagens, mais interessadas em manifestar publicamente sua falta de medo em relação a viver numa comunidade.

Visualizamos, brevemente, a tensão provocada pelo encontro entre dois lugares de fala distintos. De um lado, uma moradora de regiões mais pobres (e violentas) para quem transitar por estas bandas não é motivo de novidade ou ameaça. Do outro, uma jornalista se esforçando para evidenciar mudanças, mesmo que a única constatação visível desta "transformação" seja sua própria surpresa por poder, "finalmente", transitar em paz nas mesmas áreas nas quais sua visão (assustada) de classe média só permitia enxergar a materialização do perigo.

Há, ainda, outro desencontro na entrevista. O uso da palavra "movimento" pela jornalista para se referir à loja das entrevistadas é seguido por uma breve pausa reticente das fontes. Em que pese o fato de que a língua é polissêmica, retomamos a lembrança de Pêcheux, de que "o sentido pode ser sempre outro, mas ele nunca é qualquer" (PÊCHEUX, 1997). Assim, cabe-nos lembrar que o termo *movimento* é usado, nas comunidades do Rio de Janeiro, para se referir ao funcionamento do tráfico de drogas.

Percebe-se o silêncio reticente da moradora como uma evidência deste desencontro semântico entre o desejo da resposta da jornalista (o movimento das lojas melhorou com a ação policial) e a dúvida da entrevistada sobre que "opinião" se espera dela (a de que o movimento do tráfico acabou ou o de que o da loja está fraco, mas vai melhorar).

Do ponto de vista das políticas de silenciamento, no entanto, o principal produto desse "desencontro orquestrado" é um brutal gesto de deslocamento dos lugares discursivos de fala dos moradores daquela favela carioca. Percebe-se que os modos de "convite" para participação no processo de (re)urbanização – e (re)ordenamento de

sentidos – em curso vão servir, ao mesmo tempo, de concessão de voz e de silenciamento de um certo perfil de personagens-moradores. No caso da ação em questão, destaca-se a ausência das vozes das lideranças tradicionais comunitárias.

Silencia-se, com isso, uma vasta história de lutas e conquistas de centenas destes moradores que, à custo de muitos sacrifícios e batalhas, conseguiram, ao longo de anos de resistência, invisibilidade e descaso, manter suas estratégias criativas de sobrevivência nestas comunidades e exigir a presença do Estado naqueles territórios, mesmo que de forma precária.

O resultado desse tipo de silenciamento acaba por evidenciar um aspecto importante do que estamos propondo chamar de *gentrificação discursiva*: serão retratados como moradores "legítimos" da favela apenas aqueles que aceitam ser representados como vítimas da violência na mesma medida em que são gratas à ação "pacificadora" do Estado.

Por consequência, esses mesmos personagens ocupam, discursivamente, o papel de figuras passivas em relação ao desenrolar das ações e à transformação de suas localidades. Ao valorizar as falas do morador grato por ter "seu" território devolvido a ele pelo Estado, é como se o telejornal mostrasse, à classe média, a inevitabilidade dos processos de "revitalização" da cidade, no mesmo movimento discursivo em que prescreve, aos mais pobres, quais seriam as normas obrigatórias de conduta para que os moradores "mereçam" viver em uma comunidade pacificada.

6. Considerações finais: Quando o mito silencia a manutenção da ordem violenta

Vale, a título de conclusão, recorrer ao argumento de Alessandro Baratta (1994) quando defende, como resposta ao problema contemporâneo da relação entre a criminalidade e o medo, o gesto dos cidadãos deixarem de ser "espectadores" (no duplo sentido que o são nos dias atuais: da mídia e da política) para se tornarem "atores". No caso das "pacificações" do Rio de Janeiro, vimos uma dupla ameaça que se oferece, aos moradores, travestida em boas notícias.

De um lado, há o apelo discursivo da manutenção desses sujeitos no status de "espectadores passivos" dos momentos históricos de sua salvação, cujos protagonistas são os policiais, o Estado e a imprensa; e de outro, há a imposição do desempenho de "atuações-parceiras" que reproduzam a expectativa moral (e disciplinada) de acordo com as imposições dos projetos de urbanização e de transformações (gentrificação?) dos espaços da cidade.

Além do silenciamento das lideranças históricas das favelas cariocas, a construção discursiva do mito da retomada do território pelo Poder Público quer silenciar, também, um outro aspecto: o fato de que a própria presença constante, precária e contraditória do Estado nas localidades é, também, parte importante do problema das violências no contemporâneo. A forma como a "retomada" da Rocinha é tratada como "momento histórico" tenta evidenciar que o Rio de Janeiro estaria vivendo, a partir das "pacificações", uma espécie de "ruptura discursiva" nos moldes propostos por Foucault (1999), encobrindo, nas narrativas, as continuidades na matriz da questão.

Com isso, não será mencionada, como causa e continuidade, a persistência das mesmas velhas práticas de sujeição criminal (MISSE, 2008), bem como a manutenção da incapacidade de administração dos conflitos por parte dos agentes do Estado (KANT DE LIMA, 1996) em ação nas favelas cariocas "pacificadas", como a complexa relação de promiscuidade entre elementos da força policial e traficantes.

Nas palavras de Michel Misse,

é o tipo de "*presença*" do Estado (sob a forma de poder discricionário da polícia e de seus braços, os delatores, os alcagüetes, bem como das transações entre policiais e bandidos), e não na sua "*ausência*", que constitui um dos principais focos de enfrentamentos, violência e revolta nas favelas, conjuntos habitacionais e bairros pobres do Rio de Janeiro (MISSE, 2008, p.30). [*grifo nosso*]

Tal percepção se refere a um aspecto constantemente silenciado nas coberturas jornalísticas das ações de "pacificação": o fato de que grande parte do armamento utilizado pelos traficantes é vendido a eles por agentes do Estado, em sua grande maioria policiais. Defendemos, aqui, que o esforço de complexificar a questão das violências urbanas contemporâneas não pode furtar-se a perceber essas transações escusas entre policiais e traficantes como outra evidência da presença constante do Estado nas comunidades. Em síntese, diríamos que a presença precária do Estado, relegando as comunidades a uma dupla marginalidade: do acesso precário aos recursos e benefícios da cidadania; e do "privilégio" de ser o destino prioritário das armas e drogas traficadas para dentro de suas vielas por parte daqueles que deveriam representar as forças da lei.

Assim, silenciar que as causas profundas da violência continuavam intactas foi, a nosso ver, o principal erro da cobertura telejornalística daquele momento. Além de desempenhar um papel jornalístico aquém do desejável (que deveria complexificar a

realidade e os acontecimentos em jogo no período), o RJTV não quis enxergar (e reportar) a continuidade, nas favelas cariocas, da mesma presença precária e violenta do Estado em seu pleno funcionamento desigual. Prova dessa continuidade veio à tona mais adiante no caso, por exemplo, da tortura e do desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza após, ter sido detido por policiais militares em sua casa, na favela da Rocinha, em junho de 2013.

Tal episódio irrompe, com sua explícita violência e segregação, apenas um ano e meio depois da "extinção do tráfico de drogas" ter sido, discursiva e enfaticamente, "decretada" pelo RJTV em novembro de 2011. Em menos de um ano e meio, passaríamos de uma cobertura ufanista para a mesma velha indignação diante da incapacidade do Estado em deter a mesma facção que continuaria agindo nas favelas cariocas. Nem um minuto, evidentemente, será gasto para o telejornal fazer sua autocrítica ou mesmo assumir responsabilidades diante da sua empobrecedora cobertura jornalística no calor das ações de "pacificação".

REFERÊNCIAS

- BARATTA, A. **Filósofo de uma Criminologia Crítica**, in RAMOS, S. (Org) **Mídia e Violência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, R. **A Câmara clara: nota sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2**. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- KANT DE LIMA, R. **A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição**, in Velho, G. e ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- MENDONÇA, K. **A "Pacificação" dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.
- MISSE, M. **Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação, in Acusados e Acusadores**. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.
- ORLANDI, E. **As formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1997.
- SMITH, N. **A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global**, in BIDOU-ZACHARIASEN. Catherine (Org). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOUZA, T. C. C. **A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação**, in Revista Rua nº 7. Campinas: Unicamp, 2001.